SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
CAMPUS DE SÃO LOURENÇO DO SUL
CONSELHO CAMPUS SÃO LOURENÇO DO SUL

ATA 011

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezoito, com início às quatorze horas e dez minutos, na sala mil duzentos e um, reuniu-se com convocação ordinária o Conselho do *Campus* de São Lourenço do Sul, sob a presidência do professor Eduardo Saldanha Vogelmann, diretor do *Campus*. Participaram da reunião de forma presencial os seguintes membros titulares representantes dos docentes: professores Christianne Lorea Paganini, Márcia Borges Umpierre, Márcio Medeiros Gonçalves e os suplentes Natália Lemke e Ana Sílvia Rolon. Representantes das coordenações de curso: professores Eduardo Guatimosim, do curso de Agroecologia, Adriano Cavalleri, do curso de Licenciatura Educação do Campo, Eduardo Dias Forneck, do curso Tecnologia em Gestão Ambiental. As representantes dos técnicos administrativos em educação, técnicas Dóris de Souza Santana e Fabiane Quevedo Fredes. Pelo segmento discente: Alexandre Farias Terra. Representando a direção do Campus os professores, Eduardo Saldanha Vogelmann e Adriana Tourinho Salamoni. Também registrou-se a presença dos ouvintes: técnico administrativo em educação Eduardo Martins da Silva, Docentes Eliza Mara Lozano Costa, Adriana Paola Paredes Penafiel e Eduardo Antunes Dias. Registrou-se a ausência justificada da professora Liandra Peres Caldasso, coordenadora do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas. O presidente deu boas vindas a todos e iniciou-se a reunião com o **primeiro assunto de pauta APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, COMO QUINTO CURSO**; o professor Eduardo Saldanha Vogelmann informou aos presentes, que conforme recomendação recebida da Reitora Cleuza Maria Sobral Dias, foi retirado da pauta esse primeiro tópico. Vários membros manifestaram suas opiniões contestando essa decisão e o que teria motivado esse fato. O professor Márcio Medeiros Gonçalves, argumentou que foi formada uma comissão para estudar a temática do quinto curso e que a referida comissão até a presente data não apresentou nenhum relato dos trabalhos. Também questionou a ata de uma reunião da comissão onde a mesma deliberou sobre o seguimento de proposta de criação do quinto curso, quando no seu entendimento, a função deliberativa é do Conselho. Nesse sentido foi apoiado pela técnica Dóris de Souza Santana que lembrou que a comissão tem caráter consultivo e não deliberativo e que deve ser solicitada à comissão um relatório das atividades realizadas, conforme foi deliberado pelo conselho. A professora Adriana Tourinho Salamoni, em concordância com as últimas manifestações, lembrou que a comissão deveria apresentar os resultados em um seminário, aberto para informar e debater com a comunidade acadêmica sobre esse tema, conforme já havia sido sugerido em outra reunião. Também questionou a autonomia de decisão da comunidade acadêmica quanto à vinda de um curso, o que segundo ela, era a base da proposta da comissão, que previa ouvir a comunidade. O professor Eduardo Saldanha Vogelmann informou que recebeu várias manifestações de docentes do Campus, questionando a urgência na implementação de um curso, bem como de diretores de institutos, que questionaram a disponibilidade de vagas e porque os mesmos não foram informados quanto à possibilidade de oferta de cursos. Ainda informou no dia vinte e um de junho do corrente ano, realizou reunião com a reitoria, na qual, do *Campus* de São Lourenço do Sul, estavam presentes ele, a vice-diretora do *Campus*, Professora Adriana Salamoni, e a convite da direção do *Campus*, por estar presente na última reunião da comissão do quinto curso, a técnica Fabiane Quevedo Fredes, além da reitora e o diretor do Instituto de Ciências Biológicas. Durante a reunião, solicitada pela direção do *Campus* de São Lourenço do Sul, foi afirmado pela Reitora que existem cinco vagas docentes disponíveis para o novo curso, que não há urgência para a proposição do quinto curso e que não há esgotamento de prazo para a instalação do futuro curso. O diretor informou ainda que não sabe como a reitoria irá

dividir essa informação com os demais diretores de unidades acadêmicas, uma vez que na sua visão a forma como o processo foi conduzido até agora, foi uma forma atrapalhada. O diretor criticou a metodologia de trabalho da comissão do quinto curso desenvolvida até o presente momento, que culminaria com uma possível discussão sobre um curso proposto pela Faculdade de Direito, uma vez que a discussão e aprovação de uma proposta envolvendo o assunto nem sequer era ponto da reunião da referida comissão. Informou que outros diretores questionaram a reitoria sobre a proposição da Faculdade de Direito, uma vez que segundo o Vice-diretor do Instituto de Ciências Biológicas, a data limite para proposição de novos cursos se encerrou em maio. Afirmou por fim, que alguns argumentos utilizados para acelerar a aprovação da proposta na comissão do quinto curso não são válidos, e que talvez tenha sido essa a motivação por detrás da recomendação da Reitoria em retirar o ponto de pauta. O professor Eduardo Dias Forneck, discordando das posições do professor Márcio e da técnica Dóris, ressaltou que os trabalhos da comissão estão sendo realizados, porém a comissão ainda não concluiu todos os levantamentos. Também informou que não é a comissão do quinto curso que está propondo o curso de Políticas Públicas e que a Faculdade de Direito solicitou à comissão o encaminhamento da proposta. Ainda ressaltou que, conforme consta da ata da referida comissão, foi aprovado por seis votos a um, o encaminhamento da proposta para o Conselho do *Campus*, e que caberia ao Conselho realizar a apreciação da proposta, uma vez que a comissão julgou a proposta interessante. Também destacou que a aceleração da tramitação da proposta ocorreu, com base na informação recebida de que, para que o curso tivesse início em dois mil e dezenove, deveria ser aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão até os meses de julho ou agosto e depois encaminhado para o Ministério da Educação e Cultura. Ainda com relação às vagas disponíveis, destacou que existiriam pelo menos três vagas para o primeiro ano de curso, conforme informado pela Pró-reitora de Gestão de Pessoas e pela Reitora. O professor Eduardo Forneck ressaltou ainda que não usou qualquer agumento que não fosse válido; que em momento algum faltou com a verdade nas informações e argumentos apresentados á comissão – conforme consta em ata; e que por uma decisão não unânime de seis votos a um, a comissão deliberou que a Faculdade de Direito poderia apresentar a proposta de um curso ao Conselho do *Campus*, o qual faria a apreciação. O professor Eduardo Guatimosim manifestou concordância com o Professor Márcio Gonçalves, no que se refere à falta de organização de cronograma, indicação de coordenador e diretrizes de trabalho da comissão do quinto curso, por parte do conselho. Mas destacou que isso não inviabiliza que a comissão dê encaminhamento para o conselho da apreciação da proposta da Faculdade de Direito, a qual ocorreria na presente reunião, salvo as ações supracitadas que levaram a Reitoria a solicitar a retirada do ponto de pauta. Destacou também, que as oportunidades devem ser aproveitadas, o que na sua opinião, vem acontecendo no Campus de Santo Antônio da Patrulha. O professor Eduardo Vogelmann ressaltou que a retirada da pauta, da apresentação do curso de Políticas Públicas não foi realizada pela direção, e sim atendendo recomendação da reitora, embora o tema esteja em debate no conselho. Informou ainda que a reunião com a reitoria não se baseou na comissão do quinto curso e nem na criação de outro curso, mas abordou assuntos como porque as vagas não foram informadas para a direção, porque a direção não foi chamada para discutir a destinação de duas vagas para o Campus de Santo Antônio da Patrulha, os motivos da urgência de aproveitamento das vagas. Também para questionar o motivo das vagas disponíveis não terem sido informadas para outros institutos, que estavam questionando as informações e a não divulgação da possibilidade de oferta de cursos para as outras unidades. A professora Adriana Salamoni também acrescentou que diferente do que havia sido acordado pelo conselho, a comunidade seria informada sobre os resultados dos trabalhos da comissão através de um seminário e os resultados desse seminário teriam sequência no Conselho do Campus. A professora também questionou o envio da proposta na tarde anterior, não permitindo a análise detalhada da proposta do curso a ser apresentado, pois era ponto facultativo na manhã do dia vinte e dois e o expediente somente retornou as quatorze horas. A técnica Dóris Santana e o Professor Márcio Gonçalves destacaram que em nenhum momento disseram que a comissão do quinto curso não estaria trabalhando, somente questionaram a não apresentação do resultado dos trabalhos de pesquisa que a mesma vem realizando, para o conselho do Campus. A técnica Dóris ressaltou ainda que a função da comissão não é deliberativa, é consultiva, portanto deve

satisfações ao Conselho do *Campus*, que a instituiu. Também destacou que na construção do regimento interno do campus, deve ser prevista a amplitude de ação das comissões. Quanto ao aproveitamento das oportunidades, citado pelo Professor Eduardo Guatimosim, a Técnica Dóris ressaltou que os encaminhamentos devem ser realizados dentro da legitimidade, obedecendo todos os passos, a fim de evitar que a aceleração de processos. Esse fato poderia ter ocorrido caso o conselho aprovasse a criação de um curso sem levar em conta as pesquisas e a opinião da comunidade. A professora Adriana Salamoni ainda destacou que defende a permanência do *Campus* em São Lourenço do Sul, destacando que é visível a redução de alunos nos cursos do *Campus*. Por esse motivo ela argumentou que o quinto curso deve ser estratégico no sentido de atrair novos alunos e essa decisão deve ser coletiva, envolvendo a comunidade do município e a comunidade acadêmica. Salientou também que devem ser respeitadas as etapas, para evitar que as decisões sejam equivocadas e tomadas por uma minoria. A técnica Fabiane esclareceu que aceitou o convite da direção do campus em participar da reunião com a reitora exclusivamente com a finalidade de esclarecer informações recebidas de outro membro da comissão do quinto curso, o professor Eduardo Dias Forneck, as quais acabaram alterando a metodologia de trabalho da mesma e acelerando o processo de trabalho desta. Destacou ainda que a referida comissão precisa de mais tempo para realizar uma análise neutra e imparcial dos dados levantados e que este foi o motivo de sua participação na reunião com a reitoria, assegurar que a comissão do quinto curso possa cumprir o papel para o qual foi criada. Ficou deliberado que a Comissão do quinto curso deverá trazer o nome do presidente da comissão, sua forma de organização ou método de trabalho, definindo papel e função, bem como a agenda com a programação dos trabalhos. Da mesma forma ficou definido que a comissão receberá as propostas de criação de cursos dos institutos, elaborando um modelo de proposta com pré-requisitos mínimos e posteriormente organizará a apresentação dos cursos a serem oferecidos. A agenda da Comissão, sua presidência e a metodologia de trabalho poderão ser aprovados pelo conselho através de *ad referendum,* a fim de permitir a comissão agilidade no trabalho, não sendo necessário aguardar até a próxima reunião.Todos os presentes aprovaram essa deliberação. Dando continuidade, passou-se ao **segundo assunto de pauta que trata dos INFORMES**. Inicialmente o presidente relatou que está sendo realizada uma consulta no sistema, entre os servidores, visando definir as demandas dos cursos de capacitação no *Campus*. Também informou que foi emitida uma portaria da reitoria referente aos horários para os jogos da copa do mundo de futebol. O presidente ainda convidou os presentes para participarem de reunião com a deputada federal Maria do Rosário, a ser realizada no próximo dia vinte e nove de junho, as nove e trinta. Dando sequência à reunião, passou-se ao **terceiro ponto, a APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO NOVE;** a ata foi aprovada por unanimidade sem alterações. A seguir foi apreciado **o quarto assunto, que se refere APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZ;** foram apresentadas as considerações da professora Gracieli Trentin e após a ata foi aprovada por todos os presentes. Em seguida foi apreciado o **quinto assunto da pauta, CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO DO CAMPUS NO SEGUNDO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZOITO;** ficaram definidas as seguintes datas para as próximas reuniões: vinte de julho, vinte e quatro de agosto, vinte e oito de setembro, vinte e seis de outubro, vinte e três de novembro e quatorze de dezembro. Também ficou definido que as reuniões terão início às quatorze horas. A professora Márcia se absteve de votar e os demais presentes aprovaram o calendário. Também ficou acordado que as reuniões terão no máximo três horas de duração e que os conselheiros inscritos para manifestações, terão três minutos para essa finalidade. Essas alterações foram aprovadas por todos os presentes. Registrou-se a entrada da conselheira suplente professora Natália Lemke, às dezesseis horas e vinte e um minutos e a saída da reunião da suplente professora Eliza Mara Lozano Costa, às dezesseis horas e cinqüenta minutos. Dando prosseguimento, passou-se ao **sexto tema EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA ADEQUAÇÕES DA SALA DOS ESTUDANTES**; ficou definido que o edital será elaborado pela direção do Campus, pelo discente Alexandre Farias Terra e pelas técnicas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, para posterior apreciação no Conselho do *Campus*. A seguir foi abordado o **sétimo tema da pauta PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UM KIT DE DIVULGAÇÃO DO CAMPUS**; estabeleceu-se que a técnica Dóris Santana e o professor Márcio Gonçalves abrirão no Google docs a lista com a possibilidade de proposições de composição do kit de divulgação. Dando

continuidade foi abordado o **oitavo ponto de pauta PROPOSIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE REUNIÃO GERAL PARA DEBATER O TEMA "EVASÃO", CONFORME ATA SETE DE DOIS MIL E DEZOITO**; ficou definido que será realizado contato com a Pró-reitoria de Graduação, para possibilitar a vinda de algum dos integrantes de uma comissão dessa pró-reitoria, a fim de apresentar os estudos que vem sendo desenvolvidos sobre a "evasão", na universidade. O professor Eduardo Guatimosim se colocou a disposição para auxiliar na organização desse evento envolvendo toda a comunidade acadêmica. Esse evento ocorreria na segunda quinzena de agosto. Por fim, foi abordado **o nono assunto da pauta ASSUNTOS GERAIS;** a professora Márcia Umpierre informou que está em andamento a segunda etapa para avaliação do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas. O professor Eduardo Vogelmann informou que esteve em reunião com os pró-reitores de Assuntos Estudantis e de Planejamento e Administração onde foi informado que o orçamento será liberado em até oitenta por cento e não mais cem por cento do valor de custeio. Também informou que esteve em contato com a pró-reitoria de infra estrutura, para elaboração dos projetos de prevenção de incêndio dos prédios. Ainda quanto ao laboratório/incubadora para o Curso de Gestão de Cooperativas, o presidente informou que possivelmente será alugada uma sala. O professor Eduardo Vogelmann também informou que na última reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, foi questionado o uso de valores destinados a manutenção da universidade para a complementação de valores com auxílios e despesas com os estudantes. Segundo informado, algumas unidades estão tendo dificuldades para adquirir materiais básicos para ensino, como materiais de uso dos laboratórios e outras necessidades. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, o presidente encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Mônica Wetzel, que secretariei a reunião. Mônica Wetzel,